

Conceptualização de *Terrorismo e Violência*: relações semântico-epistêmicas e papéis semânticos no quadro de uma semântica do entendimento *

Heloísa Pedroso de Moraes Feltes **

Resumo

Este ensaio baseado numa versão de Frame Semantics, visa a: (a) levantar relações entre os conceitos de TERRORISMO e VIOLÊNCIA com vistas a discussões teórico-metodológicas relativas ao subprojeto “Metáfora, empatia e a constante ameaça de violência urbana no Brasil”, parte do projeto mais amplo, intitulado “Living with Uncertainty: Metaphor and the dynamics of empathy in discourse”; (b) justificar a incorporação de relações semântico-epistêmicas e papéis semânticos na análise do corpus da pesquisa, para o tratamento de processos de conceptualização em modelos semânticos baseados no uso; e (c) justificar a incorporação de uma metalinguagem para o tratamento de valores ou sistemas axiológicos associados a frames na conceptualização de VIOLÊNCIA.

Palavras-chave

TERRORISMO; VIOLÊNCIA; papéis semânticos; semântica de frame

Abstract

This essay based on a version of Frame Semantics, aims at: (a) establishing relations between the concepts of TERRORISM and VIOLENCE concerning theoretical and methodological discussions constitutive of the sub-project “Metaphor, empathy and the constant threat of urban violence in Brazil”, which is part of a larger research entitled “Living with Uncertainty: metaphor and the dynamics of empathy in discourse”; (b) justifying the incorporation of semantic-epistemic relations and semantic roles in the analysis of the corpus of the research project for the treatment of conceptualization processes in usage-based semantic models; and (c) justifying the incorporation of a metalanguage for the treatment of values or axiological systems associated to frames in the conceptualization of VIOLENCE.

Keywords

TERRORISM; VIOLENCE; semantic roles; frame semantics

* Utilizaremos os termos ‘conceptual’ e ‘conceptualização’, pois, em certos contextos, parecem ser mais apropriados que os potencialmente equivalentes ‘conceitual’ e ‘conceitualização’, embora seja admissível sua intercambialidade.

** Doutora em Letras – Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora nos Programas de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, Universidade de Caxias do Sul (UCS) e Doutorado em Letras – Associação Ampla UCS/ UniRitter.

1. Introdução

Este ensaio tem o objetivo geral de levantar algumas interseções e diferenciações entre os conceitos de TERRORISMO e VIOLÊNCIA como meio de discutir alguns elementos de natureza teórica e metodológica que se encontram relacionados ao subprojeto de pesquisa *Metáfora, empatia e a constante ameaça de violência urbana no Brasil* (*Metaphor, empathy and the constant threat of urban violence in Brazil*), que é objeto de cooperação internacional com a pesquisa *Living with Uncertainty: Metaphor and the dynamics of empathy in discourse*, coordenado pela Profa. Dra. Lynne Cameron. Nessas pesquisas, a metodologia aplicada é a de Cameron et al. (2009), focada nos tópicos e veículos metafóricos utilizados por vítimas diretas ou indiretas de violência, na manifestação de ideias e crenças sobre atitudes de empatia ou resistência aos agentes de violência urbana. Nossa discussão, entretanto, ultrapassa essa metodologia em um projeto maior: *Projeto interdisciplinar sobre representações sociocognitivas de VIOLÊNCIA em centros urbanos brasileiros*. Nesse sentido, este ensaio visa justificar, a partir do objetivo geral, a proposta de incorporação de relações semântico-epistêmicas e papéis semânticos (*e.g.*, FILLMORE 1968; ALLWOOD 1998; JACKENDOFF 1983, 1990, 1992, 2002; PUSTEJOVSKY, 1995; LANGACKER, 2007) no modelo de análise do *corpus* (discursivo) da pesquisa, pois, em nosso ponto de vista, a explicitação dessas relações pode dar conta de fenômenos de indeterminância polissêmica e de incompletude das estruturas léxico-gramaticais (com ancoragem em *frames* ou modelos cognitivos idealizados e modelos-dependentes da cultura na geração de processos inferenciais); de fenômenos relativos à hiperonímia, taxonomia e meronímia (*e.g.*, CROFT; CRUSE, 2004) de um ponto de vista conceptual, embora, neste ensaio, algumas dessas questões fiquem apenas anunciadas, sem, portanto, aprofundamento; e da dependência conceptual em modelos semânticos baseados no uso. As incorporações teórico-metodológicas propostas implicam a adesão a uma versão modificada da Semântica de *Frame* (*Frame Semantics*), um modelo de semântica do entendimento (cf. FILLMORE 1977, 1982, 1985). Essa proposta caracteriza-se, neste estágio de pesquisa, como exploratória e embrionária. Entretanto, com base nessa abordagem, objetiva-se encontrar fundamentos e recursos teórico-metodológicos que auxiliem na construção de *frames* relevantes com potencial para ancorar a representação conceptual de eventos ou atos de violência e valores a eles associados. Tais recursos podem, por hipótese, dar conta da complexidade

dessa conceptualização, ao mesmo tempo em que dá suporte à análise mais acurada de mapeamentos metafóricos e metonímicos constitutivos do processo.

Toma-se como ponto de partida a caracterização geral de terrorismo, com recortes e supressões, apresentada em <http://en.wikipedia.org/wiki/Terrorism> (doravante WT), considerada como um recurso prático para levantarem-se hipóteses sobre o que é objeto deste ensaio. Não se perde de vista, entretanto, que, mesmo fazendo uso desse recurso na pesquisa que se está desenvolvendo – entendido também como uma forma de “expressão linguística” sobre o tema –, o foco não está nas definições que *experts* oferecem para ‘terrorismo’ ou ‘violência’, mas no modo como os indivíduos de uma comunidade conceptualizam tais fenômenos (no caso do Brasil, especificamente o conceito VIOLÊNCIA), a partir de suas experiências socioculturais, contextualmente situadas, manifestadas linguisticamente ou por outros meios não verbais.

Neste ensaio, parte-se, inicialmente, das expressões linguísticas utilizadas nas definições e caracterizações de TERRORISMO para demonstrar a presença de relações semântico-epistêmicas e papéis semânticos como fonte de *insights* para uma análise linguístico-cognitiva consistente do fenômeno da violência em comparação com a de terrorismo.

2. Considerações iniciais sobre Semântica de *Frame*

Fillmore (1971), antes dos avanços de sua abordagem mais lexicalista-formal (mais composicionalista e situada no contexto dos debates da Semântica Gerativa) em direção àquela hoje vigente em Linguística Cognitiva, já defendia uma análise compromissada com produtividade, sistematicidade e integração conceptual:

I assume that what we might call the **basic sense of a word** is typically expressible as a **set of components**, and that while **some of these components may be idiosyncratic to particular words, others are common to possibly quite large classes of words**. The components themselves may be complete, since they may be required to **characterize events and situations that are themselves complex**, but the ultimate terms of a **semantic description** I take to be such presumably **biologically given notions as identity, time, space, body, movement, territory, life, fear, etc., as well undefined terms that directly identify aspects of or objects in the cultural and physical universe in which human beings live**. (p. 372, grifos nossos).

Em publicação anterior, Fillmore (1968) define *frames* como esquemas estruturados para a modelagem conceptual do mundo, que representavam situações, eventos e ações complexas, de modo que os papéis semânticos (ou temáticos em certos modelos) descreveriam, de uma forma genérica, os componentes conceptuais numa

situação, independentemente de sua realização gramatical a partir de certas construções. Em Lakoff (a partir de 1987), os *frames* são incorporados à Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados como modelos do tipo proposicional, atuando em outros tipos de modelos, incluindo os metafóricos, metonímicos e simbólicos (como construções gramaticais). Mais recentemente Fillmore (1988) e Fillmore e Kay (1995) passam a utilizar *frames* em sua proposta desenvolvida de Gramática das Construções.

Em suma, nas palavras de Croft e Cruse (2004), deveríamos ser orientados pela seguinte questão? “*How does one identify a coherent region of conceptual space, differentiating it from other regions?*” (p. 14). Em nossa pesquisa exploratória, baseamos nossas análises em recortes de discursos mais amplos e, em alguns casos, em enunciados isolados para demonstrar alguns detalhes do procedimento analítico.

Entende-se, concordando-se com Sinha (1998), que “*Mapping is a fundamental human cognitive capacity [...]. It is a fundamental hypothesis of cognitive linguistics that meaning involves motivated mappings from conceptualization to expression.*” (p. 229). Entretanto, pergunta o autor (com grifo nosso): “*If expression is motivated by conceptualization, what then is being conceptualized?*” (p. 230). A essa questão oferece duas respostas: “(a) *conceptualization is the linguistic organization of pre-existing individual mental content, or (b) conceptualization is the linguistic-conceptual organization of a referential situation in an intersubjectively shared universe of discourse.*” (p. 230). Tendo a segunda como a resposta “correta”, Sinha defende um realismo referencial (*referential realism*). E, nesse ponto, concordamos com o autor:

The speaking subject’s significations *point outwards* to pick out some aspect(s) of the shared universe of discourse for a hearer, but **they do so through the medium of expression, in such a way that this expression organizes and signifies the conceptualization in language of the picked-out aspects of the universe of discourse.** Linguistic conceptualization is rooted in non-linguistic and pre-linguistic schematization, but is not identical with it. [...] Linguistic meanings are *not objects*, either in the head or in objective reality. They are relationships [...]. The relationship which *is* linguistic meaning is between linguistic conceptualization and the linguistic expression by which the conceptualization is signified and over which the conceptualization is distributed. **Meaning is a mapping relationship between a linguistically conceptualized referential situation, and a conceptually motivated expression, enabling the hearer to understand, in the context of the universe of discourse, the communicative act intended by the speaker.** (p. 237-238, grifos nossos)

Ou seja, a expressão linguística é um *meio* para alcançar o modo como os indivíduos organizam e significam seu universo discursivo-conceptual. Os significados linguísticos são relações ou mapeamentos entre conceptualização linguística e expressão linguística.

3. TERRORISMO e VIOLÊNCIA: polissemia, hiperonímia (categorias superordenadas) e meronímia (relação parte-todo)

Em primeiro lugar, assume-se que as categorias TERRORISMO e VIOLÊNCIA são polissêmicas e possuem características hiperonímicas e meronímicas. Em cada caso, existe indeterminância conceptual e dependência contextual/de uso.

O tratamento da polissemia pode servir-se de diferentes modelos semânticos para que se dê conta tanto das extensões de significado como da indeterminação que lhe é constitutiva. Princípios como o de Motivação Máxima (por estrutura herdada) ou princípios de radialidade podem ser explorados (incluindo estruturas metafóricas) para a análise das “formas” e significados. O estudo da polissemia tem implicações diretas sobre a questão da análise da metaforicidade conceptual.

Quanto à descrição taxonômica, há, da mesma forma, opções teóricas que têm o potencial de analisar sobreposições e encaixamentos em relações hiper/hiponímicas, assim como relações de (co)ocorrências meronímicas. Aqui há também implicações sobre a formulação da metaforicidade conceptual e, sobretudo, sobre processos de metonimização associados com prototipicidade.

Uma tipologia para TERRORISMO, com o intuito de se construir uma categoria hiperonímica, pode ser encontrada nas informações em WT (cf. A); porém uma tipologia para VIOLÊNCIA é extremamente mais complexa, por razões que ficarão claras mais adiante. Para uma abordagem de TERRORISMO é útil o que se encontra no material linguístico de referência (WT):

- (A) *In early 1975, the Law Enforcement Assistant Administration in the United States formed the National Advisory Committee on Criminal Justice Standards and Goals. One of the five volumes that the committee wrote was entitled Disorders and Terrorism, produced by the Task Force on Disorders and Terrorism under the direction of H.H.A. Cooper, Director of the Task Force staff.^LThe Task Force classified terrorism into six categories.*
- **CIVIL DISORDER** – a form of collective violence interfering with the peace, security, and normal functioning of the community.
 - **POLITICAL TERRORISM** – violent criminal behavior designed primarily to generate fear in the community, or substantial segment of it, for political purposes.
 - **NON-POLITICAL TERRORISM** – terrorism that is not aimed at political purposes but which exhibits “conscious design to create and maintain a high degree of fear for coercive purposes, but the end is individual or collective gain rather than the achievement of a political objective.”
 - **QUASI-TERRORISM** – the activities incidental to the commission of crimes of violence that are similar in form and method to genuine terrorism but which nevertheless lack its essential ingredient. it is not the main purpose of the quasi-terrorists to induce terror in the immediate victim as in the case of genuine terrorism, but the quasi-terrorist uses the modalities and techniques of the genuine terrorist and produces similar consequences and reaction.
 - **LIMITED POLITICAL TERRORISM** – genuine political terrorism is characterized by a revolutionary approach; limited political terrorism refers to “acts of terrorism which are

committed for ideological or political motives but which are not part of a concerted campaign to capture control of the state.

- **OFFICIAL OR STATE TERRORISM** –“referring to nations whose rule is based upon fear and oppression that reach similar to terrorism or such proportions.” it may also be referred to as structural terrorism defined broadly as terrorist acts carried out by governments in pursuit of political objectives, often as part of their foreign policy.

Por outras fontes, na WT, é estabelecida uma **tipologia de terrorismo**.

POLITICAL TERRORISM

- *Sub-state terrorism*
- *Social revolutionary terrorism*
- *Nationalist-separatist terrorism*
- *Religious extremist terrorism*
- *Religious fundamentalist Terrorism*
- *New religions terrorism*
- *Right-wing terrorism*
- *Single-issue terrorism*
- *State-sponsored terrorism*
- *Regime or state terrorism*

CRIMINAL TERRORISM

PATHOLOGICAL TERRORISM

Observa-se que VIOLÊNCIA recebe, em geral, uma categorização via LOCALIZAÇÃO [LOCATION] na posição adjetiva, como, por exemplo: VIOLÊNCIA ESCOLAR/VIOLÊNCIA NA ESCOLA, VIOLÊNCIA FAMILIAR/DOMÉSTICA/, VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA, VIOLÊNCIA URBANA/ VIOLÊNCIA NO MEIO URBANO. Já TERRORISMO recebe, em geral, uma categorização via PROPÓSITO [PURPOSE/MOTIVE], como, por exemplo: TERRORISMO POLÍTICO, TERRORISMO RELIGIOSO, TERRORISMO DE ESTADO, TERRORISMO PATOLÓGICO.

A categorização de VIOLÊNCIA “EM [IN]” implica que os participantes do ATO [ACT] ou EVENTO [EVENT], no caso AGENTE [AGENT] e PACIENTE [PATIENT] são membros do mesmo “grupo”, ou seja, quem pratica a ação e quem sofre a ação são (tipicamente) membros, nos exemplos citados, da escola, da família, do agrupamento urbano. Quando esse não é o caso, se faz uso de CONTRA [AGAINST]: VIOLÊNCIA CONTRA A FAMÍLIA e VIOLÊNCIA CONTRA A ESCOLA. A preposição relacional não se aplica uniformemente à VIOLÊNCIA URBANA mais por restrições de construção morfolexical e sintática.

Uma análise cognitiva (não meramente lexicalista) do fenómeno da meronímia exige que se examine, nos casos de conceitos abstratos relativos a estados, processos e eventos, como se daria o tratamento da relação PARTE-TODO, a qual é mais simples no caso de conceitos ligados a tipos naturais ou objetos (e.g., ÁRVORE, MESA, etc.). A

relevância desse tratamento reside nas suas consequências para mapeamentos de natureza metonímica, como se sugere ao final da seção 4.

4. Operações semântico-epistêmicas e papéis semânticos

Pondera-se aqui a necessidade de utilizar, na análise de (fragmentos de) discursos sobre TERRORISMO e VIOLÊNCIA, o aparato metalinguístico de papéis semânticos, já amplamente utilizado em análise conceituais em modelos teóricos que pertencem a diferentes paradigmas de investigação (e.g., FILLMORE, 1968; ALLWOOD, 1998; JACKENDOFF, 1983, 1990, 1992, 2002; PUSTEJOVSKY, 1995; LANGACKER, 2007, para citar apenas alguns autores).

Em Allwood (1998), a essas operações e relações não se atribui, necessariamente, um papel ou caráter ontológico, pois esta é uma questão que depende dos compromissos assumidos por cada abordagem teórica. Elas são “*conceptual categories supported by linguistic mechanisms*” (p. 4).

Allwood defende que

language provides a **set of tools and mechanisms for structuring information which is maximally useful in human action and interaction**. One of the ways in which this is achieved seems to be by **providing regular linguistic support for a number of conceptual (semantic epistemic) operations**. These allow information to be flexibly structured in a regular and predictable way, probably in harmony with certain innate predispositions, **to meet requirements of context such as those given by the currently relevant linguistic and extra-linguistic activity and purpose, the perceptual environment and the stored background information of the discourse**. (1998, p. 16)

De acordo com Allwood, “*Language provides support for the conceptual structuring of the world in many ways*” (1998, p. 4). O autor, seguindo uma tradição que vai de Aristóteles a Kant, alcançando semanticistas contemporâneos como Fillmore e Jackendoff, para citar alguns entre aqueles filiados a abordagens cognitivas, apresenta seis categorias¹ que são utilizadas em análises conceituais. São elas:

- ENTIDADE,
- PROPRIEDADE,
- RELAÇÃO,
- PROCESSO,
- ESTADO,
- EVENTO/CURSO DE EVENTOS.

¹ Allwood (1998) deixa claro que é uma questão aberta o fato de essas categorias terem *status* ontológico ou não. Em nossa proposta, não há qualquer compromisso ontológico com categorias ou papéis semânticos. Mesmo em propostas mais radicais, como a de Wierzbicka (e.g., 1992), não está claro se primitivos semânticos são apenas recursos de uma metalinguagem semântica ou se há compromisso com uma ontologia de caráter universal, mesmo havendo “*culture-specific configurations of the elementary building blocks*” which “*provide clues to culture-specific ways of thinking*” (p. 21).

Em sua proposta, essas categorias são chamadas de categorias semântico-epistêmicas básicas. Além dessas categorias, Allwood, com base numa proposta anterior de Fillmore, elenca doze papéis que as línguas discriminam para relacionar entidades em caráter estático ou dinâmico. Esses papéis estão agrupados em componentes e não representam uma lista exaustiva. São eles:

- **CAUSA/MOTIVO/RAZÃO/ORIGEM**
- **RESULTADO/FUNÇÃO/PRODUTO/EFEITO**
- **DIREÇÃO/PROPÓSITO/OBJETIVO**
- **NECESSIDADE** (de AGENTE, INSTRUMENTO, PROCESSO, PACIENTE)
- **OBJETO/MATERIAL**
- **AGENTE** (em PERCEPÇÃO, COGNIÇÃO, EMOÇÃO ou diferentes tipos de MOVIMENTO)
- **POTENCIAL** (de AGENTE, INSTRUMENTO ou PROCESSO tais como DISPOSIÇÕES)
- **RECURSO** (de AGENTE, de FONTE)
- **PACIENTE** (que pode se tornar AGENTE)
- **INSTRUMENTO**
- **MANEIRA/ORGANIZAÇÃO**
- **ENTORNO [SURROUNDING]** (FÍSICO, SOCIAL, GENÉRICO e INESPECÍFICO)

Comparativamente às relações eleitas por Allwood, levantam-se aqui aquelas que, em geral, são elencadas como papéis semânticos ou relações temáticas:

- **AGENTE:**
O agente realiza a ação deliberadamente.
- **EXPERIENCIADOR**
É a entidade que recebe input sensorial ou emocional.
- **TEMA**
É a entidade que sofre a ação, mas não muda seu estado.
- **PACIENTE**
É a entidade que sofre a ação e que muda seu estado.
- **INSTRUMENTO**
É o que se usa para realizar uma ação.
- **FORÇA OU CAUSA NATURAL**
Um evento natural tem uma ação não intencional.
- **LOCALIZAÇÃO**
É onde a ação ocorre.
- **DIREÇÃO OU OBJETIVO/ALVO**
Diz respeito a “para onde a ação é direcionada”.
- **RECIPIENTE**
Envolve um tipo de alvo associado com verbos que expressam mudança de propriedade ou posse.
- **FONTE OU ORIGEM**
É de onde a ação se originou.
- **TEMPO**
Tempo em que a ação ocorre.
- **BENEFICIÁRIO**
É a entidade para cujo benefício a ação ocorre.
- **MANEIRA**
É o modo como a ação ocorre.

- PROPÓSITO
A razão pela qual uma ação é realizada.
- CAUSA
O que causou a ocorrência da ação em primeiro lugar (Por quê?).

Seguem dois exemplos que distinguem FORÇA/CAUSA NATURAL de FONTE-AGENTE no emprego do verbo ‘to kill’, a partir de nosso próprio entendimento:

- (a) *The avalanche killed at least a dozen people [...]*: Aqui se tem FORÇA ou CAUSA NATURAL [*avalanche*]/AÇÃO [*killed*], PACIENTE [*at least a dozen people*] e outros elementos implicados como: LOCALIZAÇÃO e TEMPO.
- (b) *The explosion killed at least a dozen people [...]*: Aqui se tem RESULTADO DA AÇÃO [*explosion*], a partir de um AGENTE implícito, o qual faria uso de certo INSTRUMENTO, com base em um OBJETIVO/PROPÓSITO, também implícitos; que tem uma CAUSA [*killed*]; PACIENTE (ou ALVO, dependendo do contexto); e LOCALIZAÇÃO e TEMPO implícitos.

Embora, como Allwood criticamente observa, as designações para os papéis semânticos sejam gerais e vagas, essa generalidade/vaguidade permite que se trabalhe em seu detalhamento/especificação em função das relações sob análise e dos contextos de uso dos enunciados. Em alguns casos, pode acontecer que alguns papéis se tornem sobrepostos ou mutuamente exclusivos. Além disso, a análise de uma estrutura pode divergir entre diferentes autores. Citamos como exemplo o enunciado:

(1) *A bola quebrou o vaso.*

No enunciado (1) ‘bola’ é AGENTE ou INSTRUMENTO? ‘Quebrar’ é um verbo causativo e, em (1) ‘A bola’ comparece como NP-Sujeito, com traço de agentivização. Analisando-se uma situação hipotética relacionada a essa construção, poderia ser o caso de termos um tipo de cenário:

- (a) um [EVENTO=A *bola quebrou o vaso*] que leva a um [ESTADO/RESULTADO= vaso quebrado];
- (b) a [AÇÃO=QUEBRAR] da [ENTIDADE/TEMA=VASO] implica que tenha havido outra [AÇÃO= A DE AGENTE IMPLÍCITO QUE FAZ MOVER A BOLA] e um [MODO] como a [ENTIDADE/INSTRUMENTO=BOLA] atinge a [ENTIDADE/TEMA=VASO] com dada [FORÇA + DIRECIONALIDADE]; o que nos leva a designar essa [AÇÃO DO SUJEITO IMPLÍCITO] o papel de [CAUSA].
- (c) se a ação de quebrar foi intencional, podemos abrir a categoria [MODO=INTENCIONAL], e [ENTIDADE=VASO] não receberia o descritor de papel

semântico [TEMA], mas o de [ALVO] e a [ENTIDADE= BOLA] permanece como [INSTRUMENTO];

(c) Hipotetizando uma situação particular, dois cenários simplificados possíveis seriam:

[EVENTO₁ [AÇÃO₁ [AGENTE IMPLÍCITO] MOVER [ENTIDADE₁ BOLA [INSTRUMENTO], [[DIRECIONALIDADE COM INTENCIONALIDADE] PARA [ENTIDADE₂=VASO] ALVO]] ou [[DIRECIONALIDADE SEM INTENCIONALIDADE]] PARA [ENTIDADE₂=VASO]TEMA]] [PROCESSO₁ CAUSA QUEBRAR [[ENTIDADE₁ BOLA [INSTRUMENTO]], [ENTIDADE₂ VASO ALVO ou TEMA]]]]

[EVENTO₂ [AÇÃO₁ [AGENTE IMPLÍCITO] MOVER [ENTIDADE₁ BOLA [INSTRUMENTO] [[DIRECIONALIDADE COM INTENCIONALIDADE] PARA [ENTIDADE₂=VASO] ALVO]] ou [[DIRECIONALIDADE SEM INTENCIONALIDADE]] PARA [ENTIDADE₂ VASO] PARA [LOCALIZAÇÃO SUPERFÍCIE [DURA PROPRIEDADE]], [PROCESSO₁ CAUSA [ENTIDADE VASO] IMPACTO CONTRA [LOCALIZAÇÃO SUPERFÍCIE [DURA PROPRIEDADE]], [RESULTADO/ESTADO [QUEBRAR]] [ENTIDADE₂ VASO TEMA ou ALVO]]]]

O enunciado (1) pode, obviamente, ser descrito em diferentes enquadres, incluindo um em que o CONTATO da BOLA com o VASO poderia por si mesmo levar à sua QUEBRA. É importante que se enfatize que se lida com uma estrutura monoestratal. Todos os elementos constitutivos comparecem em função de possíveis enquadres. Apenas cenários de uso efetivo da língua poderiam oferecer os elementos pragmaticamente relevantes em cada enquadres. O enunciado (2), abaixo, entretanto, só pode ser analisado levando em consideração uma ampla variedade de abordagens ainda em discussão na literatura de Linguística Cognitiva. Seu tratamento analítico é muito mais complexo e para ele apenas levantamos questões-problema:

(2) *A violência amedronta os cidadãos.*

- (a) Tem-se aqui um caso de metáfora ou metonímia?
- (b) É possível hipotetizar um *continuum* metonímia-metáfora?
- (c) VIOLÊNCIA é AGENTE, CAUSA [do MEDO], INSTRUMENTO/MEIO [de MEDO]?
- (d) O(s) AGENTE(s) está/estão implicado(s) por metonimização/metaforização?
- (e) Por que razão a agentivização se dá por metonímia/metáfora?

Do nosso ponto de vista, apenas discursivamente é possível uma análise mais adequada do enunciado. Por exemplo:

(3) *A violência ameaça os cidadãos pela falta de segurança pública, a qual gera o aumento de crimes e provoca insegurança no cotidiano.*

Ou seja, apenas discursivamente (e não por enunciados isolados) é possível realizar uma análise baseada em categorias epistêmicas e papéis semânticos. Mesmo discursivamente, haverá elementos implícitos que poderiam ser resgatados por pistas linguísticas ou operações cognitivas (modelos cognitivo-culturais ou *frames* evocados). Superficialmente, é tentador considerar VIOLÊNCIA como uma ENTIDADE/SER, metaforicamente, no papel de AGENTE. Entretanto, uma análise nos termos de uma semântica do entendimento poderia evidenciar seu caráter metonímico. A violência seria, por exemplo, uma consequência da falta de agentes na função de garantir a segurança pública, à medida que, sem vigilância, os criminosos atuariam mais livremente. Com o aumento da ação de criminosos (agentes das ações entendidas como violentas), tem-se, como consequência, a insegurança. Tanto os crimes como a insegurança amedrontam os cidadãos.

Teoricamente, não há uma lista definitiva ou exaustiva de possíveis papéis semânticos, porque, conforme Urgerer (2007), “*the role of participants are specific to particular scenes, although they can be generalized across different events*” (p. 761). Como já afirmamos, cada um desses papéis ou dessas relações, portanto, pode receber uma caracterização mais detalhada, ancorada nos contextos discursivos, favorecendo uma análise linguística/semântica mais acurada e altamente dependente das construções gramaticais que são o “veículo” de sua expressão. De qualquer modo, a função dos papéis semânticos é a indexação semântica (descritores) dos elementos linguísticos em relação a operações linguístico-cognitivas.

Como esclarece Langacker (1991): “*An inventory of semantic roles can always be refined and articulated into more specific types on the basis of further data or a finer-grained analysis*” (p. 284). Por exemplo, pode-se refinar a indexicalização de um papel do seguinte modo (do mais geral ao mais específico):

- (a) **ENTIDADE** □ → EXPERIENCIADOR □ → PESSOA → □ VÍTIMA
- (b) **PESSOA** □ → PLANO FÍSICO ou PLANO MENTAL ou PLANO ESPIRITUAL ou, ainda, *SELF* conforme a METÁFORA DA VIDA INTERIOR (LAKOFF; JOHNSON 1999; FELTES, 2007)
- (c) **AÇÃO** □ → RESULTADO □ → DANO
- (d) **DANO** □ → ou MATERIAL ou FÍSICO ou MENTAL ou MORAL (com ou sem sobreposições)

Em termos de metalinguagem, o emprego dos termos ‘papéis temáticos’, ‘papéis semânticos’ ou ‘relações temáticas’ implica (i) justificar o modelo teórico em que passam a ser empregados; (ii) justificar o valor descritivo-explanatório que têm no modelo; e (iii) explicitar o modelo de “gramática” com que se opera (*e.g.*, opera-se com a distinção entre complementos e adjuntos?). Essa questão é fundamental, pois o uso intercambiável desses termos pode ser altamente conflituoso em termos epistemológicos, ontológicos e mais estritamente teóricos.

Por exemplo, Langacker (2007), esclarecendo aspectos de suas propostas anteriores (*e.g.*, LANGACKER 1991, 1997, 1999, 2003), na relação com as propostas de outros autores, não faz uso de ‘papéis temáticos’ ou ‘relações temáticas’, mas de ‘arquétipos conceptuais’ (*conceptual archetypes*):

It is widely recognized that the respective prototypes for the noun and verb categories are two **conceptual archetypes: a physical object and a force-dynamic event** (Talmy, 1988), specially an Agent-Patient interaction (Hopper and Thompson, 1980; Rice, 1988). More controversial is the claim that each category has a schematic description, that is, one valid for all instances. [...] Finally, the only definitions usually contemplated are **conceptual archetypes (e.g. person, object, event, property, location)**, whereas a schematic characterization would have to be considerably more abstract (p. 439).

Noutra abordagem, lexical/formal/computacional, Pustejovsky (1995) defende que uma semântica lexical deve incorporar representações que sejam mais detalhadas que “papéis temáticos”. Seu modelo para o Léxico Gerativo é decomposicionalista/composicionalista e separa a análise do léxico de fatores discursivos ou pragmáticos. Entretanto, classifica os itens lexicais e os relaciona com sintaxe e semântica. Como outras propostas, o autor opera com estrutura argumental e de herança (*Inheritance*). Em vez de utilizar papéis temáticos, o modelo utiliza dois tipos de estrutura: de evento e *qualia*. A estrutura de evento (e subeventais) distingue ESTADOS, PROCESSOS e TRANSIÇÕES; a estrutura *qualia* compreende os atributos essenciais de um objeto através dos papéis FORMAL (faz a distinção de uma palavra num domínio mais amplo), CONSTITUTIVO (indica a relação de um objeto com suas partes), TÉLICO (que indica a função/propósito da palavra) e AGENTIVO (indica como a palavra se originou).

Entretanto, enunciados/discursos obtidos (produzidos) por meio de instrumentos que visam registrar em tempo real o processo de conceptualização apresentam “incompletude” de ordem sintático-lexical, e esta deve merecer um tratamento que se dá no *continuum* léxico-gramática, sintaxe-semântica e semântica-pragmática. Essa

incompletude pode, todavia, estar presente em outros discursos não processados em tempo real. Nesse sentido, modelos de Gramática das Construções, Semântica de *Frame* (*frames* cognitivos, situacionais, etc.) ou a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados são candidatos a formar o quadro teórico-metodológico para a investigação.²

Para a análise em termos de operações semântico-epistêmicas e papéis semânticos, defende-se, de acordo com Sells (2000)³, que não há necessidade de estabelecer uma diferença estrutural ou morfológica entre argumentos e adjuntos. Versões lexicalistas fazem essa diferença na “atribuição de papéis temáticos” (por predicadores), mas, ao mesmo tempo, são forçadas a colocar representações não sintáticas-estruturais de vários aspectos da informação linguística.

Se, por um lado, predicadores nucleares de sentenças selecionam argumentos e, portanto, atribuem a eles relações temáticas; por outro, por exemplo, preposições podem predicar sobre o argumento e a ele atribuem papéis temáticos a DPs altamente relevantes para a análise conceptual (*e.g.*, INSTRUMENTO, MEIO, FIM, etc.). O argumento sobre o qual predicam não é exigido pelo predicador nuclear, mas pela preposição predadora.

Entretanto, defende-se aqui que, mesmo no caso de preposições funcionais (não predadoras), as quais trazem contribuição semântica especificadora, embora não atribuam papel temático, pode-se oferecer à especificação um descritor de “relação temática”. Exemplo:

(4) *A invasão resultou em confrontos/de confrontos.* (TEMA com DIRECIONALIDADE alterada em cada caso).

Seguimos aqui com a abordagem de Allwood, que oferece uma análise de certas operações e seu papel na determinação dos conceitos de CONFLITO, GUERRA e PAZ.⁴ O autor sugere a seguinte descrição:

1 AGENTE ABSTRATO de:

PROCESSO INCOATIVO: *A guerra irrompeu.*

RELAÇÃO ESTATIVA: *O conflito tem fim.*

CURSO DO EVENTO: *A guerra desencadeia-se.*

FORÇA CAUSAL: *A guerra é a causa da miséria.*

² Sugere-se a leitura da obra organizada por Miranda e Salomão (2009) para conhecerem-se tanto as diferentes abordagens de Gramáticas das Construções, como para verificarem-se as variadas aplicações desses modelos a determinadas construções do português do Brasil.

³ O modelo de análise é o *Head-driven Phrase Structure Grammar* [HPSG], de cujos detalhes não trataremos aqui.

⁴ A pesquisa foi realizada originalmente para um *corpus* da língua sueca, em manifestações do parlamento sueco, de 1978 a 1979, traduzidas em seu texto para a língua inglesa, as quais, aqui, traduzimos livremente para a língua portuguesa, já que não são apresentados, no texto original, os fragmentos de discurso de onde os exemplos originam.

PREMISSA, CONTEÚDO: *A paz significa liberdade.*

2 **INSTRUMENTO:** *O uso da guerra como argumento político.*

3 **FONTE:** *Fuga da guerra.*

4 **LOCALIZAÇÃO:**

RECIPIENTE ESPACIAL: *Estar em um conflito com...*

TEMPORAL: *Antes do conflito.*

CIRCUNSTANCIAL: *Situação de conflito.*

5 **OBJETOS DE**

PROCESSO: *Estudo do conflito.*

IDENTIDADE: *Isto é guerra.*

POSSE: *Paz de Deus.*

RESTRICÇÃO LEGAL: *Conflito regulado.*

ATITUDE: *Amar a paz.*

FALA: *Discutir a paz.*

6 **OBJETIVO:** *Trabalhar para a paz.*

7 **RESULTADO/CONSEQUÊNCIA:** *Isto é a causa do conflito.*

No estudo de Allwood, em termos de “potencial de significados”, os conceitos CONFLITO, GUERRA e PAZ aparecem, em diferentes contextos (extra e interlinguísticos), como ESTADOS ou EVENTOS. Porém, a categoria semântico-epistêmica CURSO DE EVENTOS seria mais natural para CONFLITO e GUERRA do que para PAZ. PAZ parece focalizar o estado final de um processo. [Veja-se que no exemplo (1), há um CURSO DE EVENTOS]. Os três conceitos também exibiram uma ambiguidade PROCESSO/PRODUTO, conforme abaixo:

A. PROCESSO

(1) *A paz seguiu por 5 anos.*

(2) *A guerra/conflito seguiu por cinco anos.*

B. PRODUTO

(1) *A guerra/conflito alcançada/alcançado foi estudada/estudado por todos os partidos.*

(2) *A paz alcançada foi estudada por todos os partidos.*

Lembramos que o mesmo ocorre na conceptualização de VIOLÊNCIA e TERRORISMO, usadas as mesmas estruturas oferecidas em (A, 1 e 2) e (B, 1 e 2): há situações de uso em que os conceitos tanto podem ser entendidos como PROCESSO ou como PRODUTO.

O autor afirma que, em função dos diferentes contextos de uso, o “potencial de significado” representa uma forma de reconceptualização, “*what traditionally has been*

called the 'polysemic structure' of the meaning of a certain word" (p. 13). Desse modo, CONFLITO, GUERRA e PAZ podem ser conceptualizados como:

1. Entidades contáveis: *Tratados de paz. Muitas guerras. Um conflito.*
2. Substâncias: *Uma pequena guerra, um pequeno conflito, uma pequena paz não machucam você.*

Indo além, observa-se em Viberg (1998) o uso de outras categorias de análise em seu estudo para **verbos de contato** no sueco. O autor faz uso de *campos semânticos* [semantic fields] para classificação dos verbos: VERBOS CONCRETOS para ação física [physical action], que cobrem campos como MOVIMENTO e PRODUÇÃO, "which typically refer to situations immediately accessible to the sense organs". Nesses casos, "[m]ost of the verbs denote canonical actions in the sense that they take an AGENT surfacing a subject in the unmarked case" (p. 87). Já os VERBOS MENTAIS compreendem campos como COGNIÇÃO e PERCEPÇÃO. Esses verbos "describe psychological processes of various types which can be subjectively experienced by oneself but not directly observed by others. Typically, one of the arguments is an EXPERIENCIER" (p. 87):⁵

São exemplos oferecidos por Viberg:⁶

EXPERIENCIER-BASED: *I* [EXPERIENCIER] *could hear that Peter was happy.*

SOURCE (PHENOMENON)-BASED: *Peter* [SOURCE] *sounded happy (to me)* [EXPERIENCIER].

Em seu modelo de análise classificatória, Viberg utiliza *campos* como:

- (a) Para **CONCRETE ACTIONS**: POSTURE: 'stand'; MOTION (SUBJECT-CENTERED: 'follow')/ OBJECT CENTERED: 'pull'); POSSESSION: 'take'/'give'/'have'; EXISTENCE & PRODUCTION: 'make'/'there is'; ORGANIC LIFE: 'live'/'grow'; QUANTITY: 'increase'; PHYSICAL CONTACT: 'beat'/'touch'; MANIPULATION: 'hold'. Além disso, CONTACT implica analisar SPACIAL CONTIGUITY, IMPACT e TRANSMISSION OF FORCE.
- (b) Para **MENTAL VERBS**: METALINGUISTIC: 'apply'/'mean'; VERBAL COMMUNICATION: 'say'/'ask'; PERCEPTION: 'see'/'find'/'seem'; COGNITION: 'feel'/'know'/'mean' = 'think'; DESIRE: 'want'; OTHER MENTAL: 'choose'/'interest'.

⁵ Em suas análises, as representações semânticas fazem uso de uma estrutura argumental, nos moldes de Johnson-Laird: ACT (s, z); INTEND (z, SHOW (z, w, AFFECTION)). (sic.)

⁶ A metalinguagem e os exemplos não serão traduzidos para evitarem-se alguns problemas de tradução, como no caso dos verbos 'to make', 'to mean', 'to find' ou 'to stand'.

Essas categorias para verbos de contato podem ser muito úteis para a caracterização de cenários de VIOLÊNCIA e de TERRORISMO.

O que se quer demonstrar com esses exemplos é a variedade de categorias que podem ser consideradas na análise, assim como o modo de representá-las. Mais adiante, veremos as categorias utilizadas por Fillmore e Atkins (1992) na análise do *frame* de RISCO (*RISK frame*).

Partindo desses estudos, como um **direcionamento** para nossas investigações, analisamos alguns enunciados, a partir dos quais se visa compreender a estrutura conceptual das categorias TERRORISMO e VIOLÊNCIA e com base nas quais seria possível se ter os elementos básicos para a construção dos *frames* envolvidos.

5. A conceptualização de TERRORISMO e VIOLÊNCIA

Nesta seção restringimo-nos a levantar excertos (alguns dos quais com partes suprimidas) da entrada ‘Terrorismo’ da WT, comentando-os, em dados casos. Temos como objetivo ilustrar como, a partir deles, é possível destacar elementos para uma análise em termos de categorias e papéis semânticos, entre outros fenômenos relevantes, que podem orientar o tratamento (comparativo) das categorias conceptuais TERRORISMO e VIOLÊNCIA.

- (a) *Terrorism is the systematic use of terror especially as a means of coercion. **At present, there is no internationally agreed definition of terrorism** (1). Common definitions of terrorism refer only to **those violent acts** (2) **which are intended to create fear (terror)** (3), **are perpetrated for an ideological goal** (4) (as opposed to a lone attack), and **deliberately target** (5) **or disregard the safety of non-combatants (civilians).***

#1 TERRORISMO é um conceito polissêmico sujeito a várias indeterminações em que variem os contextos.

#2 VIOLÊNCIA seria, aqui, entendida como uma categoria hiperonímica.

#3 TERRORISMO TEM A INTENÇÃO DE CRIAR MEDO. (Ver #19)

#4 TERRORISMO POSSUI OBJETIVO IDEOLÓGICO.

#5 ATOS TERRORISTAS POSSUEM ALVOS.

- (b) *One form is the **use of violence** (6) against noncombatants for the **purpose of gaining publicity for a group, cause, or individual.** (7) **The purpose of terrorism is to exploit the media in order to achieve maximum attainable publicity as an amplifying force multiplier in order to influence the targeted audience(s)** (8) **in order to reach short- and midterm political goals and/or desired long-term end states.***

#6 A VIOLÊNCIA É UM INSTRUMENTO DO TERRORISMO (CONTRA CIVIS).

#6.1 VIOLÊNCIA parece perder seu caráter tipicamente hiperonímico para ser um dos elementos do TERRORISMO. Entretanto, é característica de hiperônimos ser parte da “carga semântica” de seus hipônimos. Resta indagar se há atos terroristas que não sejam violentos em algum plano de conceptualização de VIOLÊNCIA.

#7 TERRORISMO possui CAUSAS, OBJETIVOS, PROPÓSITOS

#8 ATOS TERRORISTAS TÊM COMO PROPÓSITO PUBLICIDADE.

(c) *Terrorism has been practiced by a broad array of **political organizations for furthering their objectives.** (9) It has been practiced by **both right-wing and left-wing political parties, nationalistic groups, religious groups, revolutionaries, and ruling governments.** (9.1) Most government definitions outline the following key criteria: **target, objective, motive, perpetrator, and legitimacy or legality of the act.** (10) (c.1) **The perpetrators of acts of terrorism can be individuals, groups, or states.** (9.1) According to some definitions, clandestine or semi-clandestine state actors may also carry out terrorist acts outside the framework of a state of war.*

#9 AGENTES (de ATOS TERRORISTAS) SÃO (em geral) ENTIDADES GRUPAIS (DISTRIBUÍDAS).

#9 TERRORISMO É UM TIPO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA.

#9.1 TERRORISMO ASSOCIA-SE A ORGANIZAÇÕES.

#9.2 VIOLÊNCIA retoma seu caráter hiperonímico.

#10 AGENTES estabelecem ALVOS, têm OBJETIVOS, MOTIVOS e buscam legitimidades para seus atos.

(d) *According to Walter Laqueur of the Center for Strategic and International Studies, "**the only general characteristic of terrorism generally agreed upon is that terrorism involves violence and the threat of violence**" (11). However, the criterion of violence alone does not produce a useful definition, as **it includes many acts not usually considered terrorism: war, riot, organized crime, or even a simple assault.** (12) **Property destruction that does not endanger life is not usually considered a violent crime, but some have described property destruction [...] as violence and terrorism.** (13)*

#11 VIOLÊNCIA E AMEAÇA DE VIOLÊNCIA SÃO COMPONENTES DO TERRORISMO.[Ver #19]

#12 GUERRA, PERTURBAÇÃO PÚBLICA, CRIME ORGANIZADO, ATAQUES SÚBITOS, DESTRUIÇÃO DE PROPRIEDADE SÃO CONSTITUTIVOS DO TERRORISMO.

#13 Tudo o se elenca em #12 pode ser entendido também como VIOLÊNCIA.

(e) *The attack was carried out in such a way as to **maximize the severity and length of the psychological impact** (14) Each act of terrorism is a “performance” devised to have an **impact on many large audiences** (14.1). **Terrorists also attack national symbols, to show power** (15) **and to attempt to shake the foundation of the country or society they are opposed to.** (15.1)*

#14 Um ato terrorista não visa apenas ao DANO FÍSICO, mas à maximização da amplitude do IMPACTO PSICOLÓGICO.

#14.1 Cada ato terrorista é um ATO PLANEJADO para ter impacto sobre uma ampla população.

#15 Atos terroristas são formas de DEMONSTRAÇÃO DE PODER.

#15.1 O terrorismo tem como ALVO símbolos nacionais para abalar as bases da sociedade ou país a que se opõe.

(f) *Something that many acts of terrorism have in common is a political purpose. (16) Terrorism is a political tactic (17), like letter-writing or protesting, which is used by activists when they believe that no other means will effect the kind of change they desire (17.1).*

#16 TERRORISMO É CONSTITUÍDO DE ATOS

#16 ATOS TERRORISTAS TÊM PROPÓSITOS POLÍTICOS.

#17 TERRORISMO É UMA TÁTICA POLÍTICA.

17.1 A violência não tem, inerentemente, propósitos políticos.

Invasão de propriedades (e.g., MST) pode envolver violência, mas é a invasão em si que teria propósitos políticos.

17.2 A violência pode ser constitutiva de atos políticos.

17.3 Táticas políticas podem ser violentas.

17.4 Certos atos violentos podem ser constitutivos de táticas políticas.

17.5 Do ponto de vista de relações semântico-epistêmicas, TERRORISMO é um EVENTO ou CURSO DE EVENTOS, assim como ocorre com o conceito de VIOLÊNCIA.

(g) *The distinctive nature of terrorism lies in its intentional and specific selection of civilians as direct targets. (18) Specifically, the criminal intent is shown when babies, children, mothers and the elderly are murdered, or injured and put in harm's way. Much of the time, the victims of terrorism are targeted not because they are threats, but because they are specific "symbols, tools, animals or corrupt beings" (18.1) that tie into a specific view of the world that the terrorists possess. Their suffering accomplishes the terrorists' goals of instilling fear (19), getting their message out to an audience or otherwise satisfying the demands of their often radical religious and political agendas.*

#18 no terrorismo há seleção intencional de VÍTIMAS (PACIENTE/ALVO) civis.

18.1 VIOLÊNCIA PODE OU NÃO SER INTENCIONAL.

18.2 Qualquer ENTIDADE pode ser PACIENTE/ALVO/EXPERIENCIADOR de violência.

#18.3 TIPOS DE VIOLÊNCIA ESPECIFICAM ENTIDADES COMO VÍTIMAS/PACIENTES/ALVOS.

#18.4 As vítimas de terrorismo não são alvos por representarem ameaça aos terroristas, mas por serem símbolos do que os terroristas repudiam.

#19 TERRORISTAS OBJETIVAM (TEM O PROPÓSITO DE) INSTILAR MEDO.

Com relação à #19, observa-se uma diferença em construções relativas a terrorismo e à violência. Por exemplo:

“Ameaça de terrorismo”

[Conforme #19, INSTILAR MEDO/AMEAÇA é constitutiva da estrutura básica de conceptualização de TERRORISMO. Portanto, AMEAÇA DE TERRORISMO JÁ É TERRORISMO]

“Ameaça como terrorismo.”

[Conforme #19 AMEAÇA COMO TERRORISMO já é constitutiva de seu *frame* nuclear conceptualizador.]

“Ameaça de violência”

[A violência pode vir a acontecer/não é violência ainda.]

“Ameaça como violência”

[A ameaça é entendida como um tipo de violência, mas não é, todavia, elemento necessariamente constitutivo da conceptualização. A violência gera um sentimento de insegurança: ser uma vítima potencial é uma ameaça.]

(h) *Brian Jenkins has written, 'thus seems to depend on one's point of view. Use of the term ['terrorism']/terrorist' implies a moral judgment; (20) and if one party can successfully attach the label terrorist to its opponent, then it has indirectly persuaded others to adopt its moral viewpoint. Hence the decision to call someone or label some organization terrorist becomes almost unavoidably subjective, depending largely on whether one sympathizes with or opposes the person/group/cause concerned. (20.1) If one identifies with the victim of the violence, for example, then the act is terrorism. If, however, one identifies with the perpetrator, the violent act is regarded in a more sympathetic, if not positive (or, at the worst, an ambivalent) light; and it is not terrorism. (20.2)*

#20 O uso do termo ‘terrorismo’ depende de julgamento moral, portanto, depende de valores [*values*].

#20.1/20.2 Identificação com valores: os que compartilham tais valores não usariam o termo; os que não compartilham usariam o termo. (Ver seção 7.) Há casos em que o mesmo ocorre com atos violentos: o que é um ato violento varia entre grupos socioculturais.

(i) Other major *sources of funding include kidnapping for ransoms, smuggling, fraud and robbery. (21)*

#21 KIDNAPPING IS A SOURCE OF FUNDING FOR TERRORISTS⁷

[Sequestro é uma fonte de recursos financeiros para terroristas.]

⁷ A análise é realizada em língua inglesa por referência aos termos utilizados nos excertos de WT. A estrutura do *frame* é apenas uma sugestão grosso modo do que poderia vir a ser algo mais elaborado.

#22 Sugestão de análise por papéis semânticos:

1 [[KIDNAPPING=[RESOURCE for AGENT and ACTION]]

2 KIDNAPPING: VIOLENT ACT

3 **KIDNAPPING IS PART OF A TERRORIST ACT**

TERRORISM (Major Frame: **IDEOLOGICAL ACT**)⁸ (#21/1 e 3)

[[**COURSE OF EVENTS** [**PROCESS**₁ [**ULTIMATE PURPOSE**₁ [**IDEOLOGICAL** [FUNDING FOR TERRORISM]], AGENT/BENEFICIARY₁ [INDIVIDUALS, GROUPS, OR STATES], TARGET [PATIENT₁ [DIRECT VICTIM(S)], PACIENT₂ [INDIRECT VICTIM for NEGOCIATION], MEANS, STAGES [**PROCESS**₂ [**PURPOSE**₂ [CAPTURE], AGENT₂, PACIENT₁ and PATIENT₂, CAPTURE, NEGOCIATIONS, RESULT [FUNDING]]]]]]⁹

URBAN VIOLENCE (Major Frame: **NON-IDEOLOGICAL ACT**)

KIDNAPPING AS A VIOLENT ACT

[[**COURSE OF EVENT** [**PURPOSE** [NON-IDEOLOGICAL [FUNDING], [**PROCESS** [[CAPTURE], AGENT₁, PACIENT₁ and PATIENT₂, NEGOCIATIONS, RESULT [FUNDING]]]]]

Ou seja, a diferença, entre os dois *frames* hipotéticos, reside no fato de que o sequestro, nas ações terroristas, não é o fim último da ação, pois é um meio para um fim de natureza ideológica, que resultará, no caso, como meio (financiamento) para promover outros atos terroristas. Ao mesmo tempo, as vítimas potenciais (PACIENTES/ALVOS) são escolhidas em função de seu “valor político” de negociação. Já o sequestro, no âmbito da violência urbana, pode (mas não necessariamente) ter como fim último apenas a obtenção de recursos financeiros para quaisquer propósitos, como a prática de outros atos violentos e, especificamente, atos que se enquadram como crimes (tráfico de drogas, aquisição de armas ilegais, etc.). Atos violentos podem ser resultado de algum movimento ideológico, mas o propósito ideológico não lhe é constitutivo em “caráter”. Além disso, as vítimas potenciais (PACIENTES/ALVOS) na violência urbana não são escolhidas por seu “valor político”.

Em suma, segundo a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (LAKOFF, 1987), *frames* são um tipo de modelo proposicional. Como tal, estão potencialmente sujeitos a uma análise mais detalhada de sua constituição em termos de PARTE-TODO. Se tomarmos o fenômeno da meronímia em termos conceptuais (e não estritamente

⁸ Ver seção 7 quanto à relação entre *frames* e valores. Os valores associados a esses *frames* são fundamentais para sua (re)construção.

⁹ É importante observar que mesmo as vítimas diretas e indiretas são alvos eleitos por sua representatividade política, ideológica, etc., ao contrário das vítimas da violência urbana que são eleitas apenas pelo seu potencial de retorno financeiro.

lexicais), o uso de categorias e papéis semânticos para a análise da constituição do TODO de um EVENTO, PROCESSO ou AÇÃO não é apenas descritivamente adequada, mas explanatoriamente justificável: permite que se expliquem diferenças entre *frames* e suas consequências na projeção de mapeamentos metafóricos – quando, por exemplo, um ATO/AÇÃO ou CURSO DE EVENTOS, no processo de mapeamento, é “eleito” para a posição de AGENTE – e, principalmente, metonímicos, baseados na relação PARTE-TODO, em que uma parte “*está* conceptualmente” *pelo* TODO. A meronímia em conceitos abstratos merece, portanto, ser revisitada por meio do detalhamento das “partes” constitutivas dos enquadres. Quanto ao fenômeno da hiperonímia, fica evidente o caráter *fuzzy* da construção de categorias superordenadas, com base em fatores experienciais e em termos de valores culturais associados, como se verá brevemente ao final da seção 7.¹⁰

6. VIOLÊNCIA, TERRORISMO e RISCO

Em Feltes (1992, 2007) já havíamos apontado para certos elementos constitutivos de uma análise da categoria VIOLÊNCIA, sem propormos uma relação necessária com papéis semânticos. O objetivo era demonstrar a impossibilidade de encontrar-se um conjunto mínimo de condições necessárias e suficientes para um dado ato “cair” da categoria de VIOLÊNCIA. Para tanto, elaborou-se o quadro a seguir (V. página seguinte).

Nesse quadro, destacamos como “propriedades” vários componentes que podem assumir a função de papéis semânticos. Um deles é o de DANO, o qual aparece em várias interseções entre conceitos. Embora DANO demonstre ser constitutivo dos atos de violência, possuindo, em cada caso, um caráter diferente (FÍSICO, MATERIAL, PSÍQUICO, etc.), não é por si só suficiente para caracterizar VIOLÊNCIA, já que pode ser uma propriedade de outros atos.

Interessa, nesta seção, entretanto, avançar e apresentar o *frame* de RISCO (*RISK frame*), conforme a proposta de Fillmore e Atkins (1992), pois este pode estar presente em *frames* mais amplos como os que nos interessam nesta pesquisa: VIOLÊNCIA e TERRORISMO. A menção a esse *frame* é relevante à medida que, do ponto de vista cognitivo-experiencial, o sujeito que fala sobre situações de risco de violência ou de

¹⁰ Análises mais elaboradas são objeto de outro artigo (*in progress*).

terrorismo nem sempre possui esse enquadre global, e o risco é algo que seu discurso pode revelar como algo vago.

CONCEITOS EM RELAÇÃO DE INTERSEÇÃO (n)	PROPRIEDADES COMUNS
DEPREDAÇÃO ∩ LINCHAMENTO	AGENTE COLETIVO PERCEPTÍVEL AÇÃO DIRETA EMPREGO DA FORÇA FÍSICA DANO OBSERVÁVEL
DEPREDAÇÃO ∩ ASSALTO	AGENTE PERCEPTÍVEL AÇÃO DIRETA EMPREGO DA FORÇA FÍSICA DANO MATERIAL
DEVASTAÇÃO AMBIENTAL ∩ DESNUTRIÇÃO	AGENTE IDENTIFICÁVEL OU NÃO-IDENTIFICÁVEL PERCEPTIVAMENTE AÇÃO DIRETA OU INDIRETA DANO [AS CONDIÇÕES DE VIDA] FÍSICO
DESNUTRIÇÃO ∩ DISCRIMINAÇÃO RACIAL	AGENTE IDENTIFICÁVEL OU NÃO PERCEPTIVAMENTE DANO GRADUAL AÇÃO DIRETA OU INDIRETA PACIENTE HUMANO
DESNUTRIÇÃO ∩ ESTUPRO	DANO FÍSICO
DISCRIMINAÇÃO RACIAL ∩ ESTUPRO	DANO PSÍQUICO MORAL PACIENTE HUMANO
ESTUPRO ∩ TORTURA FÍSICA	AGENTE PERCEPTÍVEL EMPREGO DA FORÇA FÍSICA AÇÃO DIRETA DANO FÍSICO DANO PSÍQUICO-MORAL PACIENTE HUMANO
ESTUPRO ∩ ESPANCAMENTO	AGENTE PERCEPTÍVEL AÇÃO DIRETA EMPREGO DA FORÇA FÍSICA DANO FÍSICO DANO PSÍQUICO PACIENTE HUMANO
ESPANCAMENTO ∩ LINCHAMENTO	AGENTE PERCEPTÍVEL EMPREGO DA FORÇA FÍSICA AÇÃO DIRETA PACIENTE HUMANO DANO FÍSICO
LINCHAMENTO ∩ ASSASSINATO	AGENTE PERCEPTÍVEL AÇÃO DIRETA PACIENTE HUMANO DANO FÍSICO IRREVERSÍVEL
ASSASSINATO ∩ ESTUPRO	AGENTE PERCEPTÍVEL AÇÃO DIRETA PACIENTE HUMANO DANO FÍSICO
ASSASSINATO ∩ ESPANCAMENTO	AGENTE PERCEPTÍVEL AÇÃO DIRETA PACIENTE HUMANO DANO FÍSICO

Fonte: Feltes (2007, p. 263)

Segundo os autores, entretanto, esse *frame* seria sempre evocado no todo, mesmo quando apenas uma parte do *frame* é abertamente focalizada pela/na construção (de uso) em que ‘risco’ (‘risk’) ocorre:

CHANCE [FORÇA SOBRE EVENTOS NÃO CONTROLÁVEL= incerteza sobre o futuro]

HARM [DANO]

VICTIM [OF THE HARM] [VÍTIMA DO DANO]

VALUED OBJECT [OBJETO VALORADO= potencialmente colocado em perigo pelo risco]

SITUATION [SITUAÇÃO= que dá origem ao risco]

DEED [AÇÃO]

ACTOR [ATOR ou AGENTE]

(INTENDED) GAIN (by the ACTOR) [GANHO INTENCIONADO pelo ATOR]

PURPOSE (of ACTOR in the DEED) [PROPÓSITO do AGENTE na AÇÃO]

BENEFICIARY [BENEFICIÁRIO]

MOTIVATION (for the ACTOR) [MOTIVAÇÃO para o AGENTE]

Em suma, o que denominamos de *major frame* pode ser constituído de *frames* encaixados, como o de RISCO, importante para o tratamento da conceptualização de VIOLÊNCIA e TERRORISMO, na dependência dos contextos de uso em que podem ocorrer.

7. *Frames*, Modelos Culturais e Valores

Feltes (*in progress*) sugere uma notação para a análise de processos de conceptualização que envolve o que chama de *valor-modalidade*. A questão que dá origem a essa notação é a necessidade de distinguirem-se, na análise de conceitos, conceitos do tipo que têm a função de valores. Essa proposta tem grande valor para as investigações sobre empatia no contexto de nossa pesquisa sobre VIOLÊNCIA e TERRORISMO.

Como demonstração, deslocamos a exemplificação para outro campo conceptual. Por exemplo: pode-se investigar a conceptualização de FIDELIDADE como conceito-valor. Nesse caso, é sugerida a notação FIDELIDADE^V. Utilizando-se a notação de valor-modalidade, pode-se ter: FIDELIDADE^{VD} (VD= valor-desejável), FIDELIDADE^{VO} (VO= valor-dever [*ought*= ter obrigação] e FIDELIDADE^{VN} (VN= valor-necessidade). Como valor, FIDELIDADE^V relaciona fidelidade a uma doutrina, a um contrato formal ou tácito, etc.

Nesse sentido, para demonstrar sua funcionalidade no tratamento de processos de conceptualização, reexaminamos a estrutura radial do conceito MÃE, conforme apresentado em Lakoff (1987). Como resultado de nossa proposta, provavelmente o centro prototípico não se estabeleceria apenas pela concentração do maior número de atributos culturalmente associados a MÃE. A esses atributos, que estruturam conceptualmente MÃE, deveriam ser designados os valores associados, de modo a ter-se, na prototipicidade, a expressão de um sistema axiológico culturalmente construído. Por exemplo, poder-se-ia hipotetizar que o melhor exemplar de MÃE é aquela mulher que QUER SER MÃE, aquela para quem o valor MATERNIDADE^{VD} encontra-se numa posição mais alta do sistema axiológico. Aplique-se o “teste-do-mas”, como sugere Lakoff:

- (a) *Ela é mãe, mas não é casada.* [**Modelo Marital:** a melhor mãe é casada com pai da criança que ela gerou.]
- (b) *Ela é mãe, mas trabalha fora.* [**Modelo de Criação:** a melhor mãe cuida em tempo integral de seu filho.]

- (c) *Ela é mãe, mas o embrião era de outra mulher [Modelo Biológico: a melhor mãe é a que é aquela de cujo óvulo a criança foi gerada.]*

Entretanto, observemos (d):

- (d) *Ela é mãe, é casada com o pai, não trabalha fora, era dela o óvulo que gerou a criança, ela gestou e pariu a criança, cuida da criança, mas não a desejava e preferia não ter essa responsabilidade.*

Nesse caso, (d), colocam-se componentes dos modelos anteriores, mas acrescenta-se a maternidade indesejada. Numa visão puramente “modelística”, não há espaço descritivo ou explicativo para a questão dos valores.

Em (a), temos o valor CASAMENTO^V, a valoração da formalização civil e/ou religiosa para a “validação” da vida conjugal.

Em (b), temos duas situações. Na primeira, segue-se o exemplo de Lakoff, para justificar uma não valoração para TRABALHO^V – o que notacionalmente poderia ser TRABALHO^{VD} – em favor do valor MATERNIDADE^{VD} (MATHERHOOD^{VD}). Porém, consideradas certas situações socioculturais, como lares uniparentais (*e.g.*, os pais são divorciados, e a mãe cuida da criança sozinha), esperar-se-ia que uma mãe pudesse e devesse sustentar seu filho, de modo que, contrariamente ao sugerido por Lakoff (1987), (b) não seria “estranho”, porque está em conformância com *um* Modelo de Criação, que incorporaria TRABALHO^V, em alguma das três modalidades. Nessa situação, os valores TRABALHO^{VD}, TRABALHO^{VO} ou TRABALHO^{VN} e MATERNIDADE^V não entram em conflito, principalmente se ali comparecer MATERNIDADE^{VD}. Em todos os casos, haveria bons “exemplares” para o conceito MÃE, segundo valores culturais diferentes.

Como resultado, não se questiona a radialidade da categoria MÃE, como um *cluster* de modelos, mas o modo como a radialidade se constrói, baseada apenas em categorização e prototipicidade, as quais não levam em consideração a questão dos valores. Historicamente, a Teoria dos Protótipos construiu-se a partir de estudos com categorias perceptuais (cores e formas), mais tarde, tipos naturais e outros conceitos (básicos). A noção de pontos de referência cognitivos foi utilizada para explicar saliência perceptual e figura-fundo. Considerar que a percepção, a compreensão e a interpretação dos fenômenos são também regidas por valores, que colocam certos elementos culturais em perspectiva/figura, não é só intuitivamente correto como é factualmente verificável por cada um de nós no cotidiano. O problema é que a questão dos valores não é um objeto de estudo da Psicologia Experimental, mas da Psicologia

Social pela via das Ciências Sociais Aplicadas, Antropologia e Filosofia. Entretanto, mais recentemente, como em Bartmiński (2009), a noção de valor adquiriu relevância como “fundadora de uma visão de mundo”, guiando objetivos, julgamentos e ações.

Se, por hipótese, valores forem tratados no interior da concepção de modelos culturais, não se eliminam os problemas levantados até aqui. ‘Modelos culturais’ não é uma expressão de definição uniforme, precisa, para fins operacionais. Ela é introduzida na literatura da Linguística Cognitiva (e.g., KÖVECSES 2005) advinda das investigações em Antropologia Cognitiva (e.g., D’ANDRADE 1987; QUINN; HOLLAND 1987), mas deixa de lado toda a discussão sobre a relação entre modelos culturais e motivos (*motives*), a qual seria o caminho para introduzir a questão dos valores, distinguindo-os de *goals* e *motives*. Veja-se o caso de SUCESSO – que é tanto um conceito como um valor em nosso ponto de vista. SUCESSO é um esquema durável e motivacional, e é um dos esquemas de grande força de apelo em certas culturas ou subculturas, mas não o único, para pensar sobre uma variedade de situações. Pode-se considerar SUCESSO como um conceito-valor, notacionalmente marcado como SUCESSO^{VD}, ou, aperfeiçoando a notação para englobar a força do valor, como de SUCESSO^{VD+}. Construir um modelo cultural em que SUCESSO seja entendido como um conjunto de realizações não implica que essas realizações, para o indivíduo, tenham, cada uma, na descrição, um mesmo valor-modal a ele atribuído, já que podem ter valorações diferentes e serem hierarquicamente ordenadas em condições socioculturais e situacionais-pragmáticas especificadas.

Alguém poderia sugerir que, por exemplo, para o conceito de MÃE se “construísse” um modelo cultural que expressasse também o valor associado, numa espécie de modelo proposicional com propriedades e atributos para SER MÃE. A proposta é a de que se pode ter um modelo cultural de MÃE (ou vários para diferentes culturas) e associar à estrutura do modelo um esquema de valorações. Esquemáticamente, essa proposta poderia ser colocada desta forma:

[MODELO CULTURAL X DE MÃE [CLUSTER DE MODELOS]]^{(-VD ou VO ou VN}
 [MODELO CULTURAL X DE MÃE [MODELO X [PROPRIEDADES E ATRIBUTOS]]^{(-VD ou VO ou VN]}
 [MODELO CULTURAL X DE MÃE [MODELO X [PROPRIEDADES^{(-VD ou VO ou VN}, PROPRIEDADE Y...,
 ...]]]

Ou seja, a notação que propomos permite que se construa um modelo cultural **X**, em que se insiram os modelos relevantes em *clusters*; que a cada modelo do *cluster*, com suas propriedades, possa ser atribuído um valor; e, ainda, que, dentro de um

modelo do *cluster*, atribuem-se valores a propriedades, separadamente. Isso evita a proliferação de descrições de modelos.

No caso específico de TERRORISMO, destacamos, na seção 4, excerto (h), #20:
#20 O uso do termo ‘terrorismo’ depende de julgamento moral, portanto, depende de valores.

Em outros termos, por #20, categorizar ou conceptualizar um ato como sendo de terrorismo implica que se evoquem valores. Não se pode descartar a ideia de que o conceito TERRORISMO seja tratado, em si mesmo, como um conceito-valor. O mesmo ocorre com o conceito VIOLÊNCIA, quando consideradas variadas situações em que uma mesma experiência pode “cair” no conceito de VIOLÊNCIA ou não, ou quando um ato, mesmo considerado violento, reveste-se de um valor do tipo VIOLÊNCIA^{VD/VN/VO}. Um exemplo seria o de um ato violento motivado pela defesa de determinados direitos, situações que, não raro, promovem a sobreposição de conceitos como VIOLÊNCIA e JUSTIÇA (e mesmo TERRORISMO e JUSTIÇA). JUSTIÇA^V como conceito-valor, em dado modelo cultural, afetaria a conceptualização de certas experiências ou atos em sua pertença ou não à categoria VIOLÊNCIA (ou a de TERRORISMO).

8. Empatia, papéis semânticos e valores

Rogers (1959) define *Empatia* como: “*To perceive the internal frame of reference of another with accuracy and with the emotional components and meanings which pertain thereto as if one were the person, but without ever losing the ‘as if’ condition. Thus, it means to sense the hurt or the pleasure of another as he senses it and to perceive the causes thereof as he perceives them, but without ever losing the recognition that it is as if I were hurt or pleased and so forth*”. (p. 210-211)

Na literatura das Ciências Humanas e Sociais, há várias definições para empatia, sendo grande parte delas muito próximas à que elegemos acima como ponto de referência para nossa breve discussão no âmbito de sua relação com os processos de conceptualização de VIOLÊNCIA e TERRORISMO. Entretanto, várias questões se originam: Há diferenças socioculturais em atitudes ou comportamentos de empatia? Como saber se ou quando “ocorre” empatia numa dada situação? Quais os comportamentos verbais e não verbais que se espera estarem presentes no processo empático dadas diferenças socioculturais relevantes? Todos têm potencial para

demonstrar a empatia que sentem? Há uma tipologia para empatia ou se trata de fenômeno unitário?¹¹

Para a questão específica de nossa pesquisa é importante observar a seguinte colocação:

Vítimas e agressores estão envolvidos na mesma trama que aprisiona e gera tanto sofrimento. Agressores também precisam de ajuda e de muita empatia para deixarem de ser agressores. Segundo os princípios da Comunicação Não-Violenta, a violência corresponde a uma maneira trágica de expressar frustrações e necessidades não satisfeitas.

[Fonte: http://extranet.saude.prefeitura.sp.gov.br/areas/atencao-basica/cultura-da-paz/revista-tecendo-redes-de-paz/11%20Agentes%20de%20paz_A%20outra%20face.pdf]

Do nosso ponto de vista, a questão da empatia pode ser analisada em pelo menos quatro sentidos, aplicando-se as noções de papéis semânticos e de valores:

- (a) a empatia desenvolvida entre vítimas de violência;
- (b) a (não) empatia por parte dos agentes de atos violentos;
- (c) a (não) empatia de vítimas de atos violentos com relação aos agentes de atos violentos, tendo em vista: a adesão ou não a motivos (ideologias, plataformas políticas, doutrinas religiosas, etc.); compreensão ou não de suas causas; aceitação ou justificativa para uso de certos instrumentos; aceitação ou não de quando e/ou onde um ato ou evento se deu, entre outras atitudes.
- (d) a empatia em (a-c) considerados valores de indivíduos ou grupos/comunidades num dado sistema axiológico (potencialmente negociável).

Além disso, EMPATIA tanto pode ser analisada como um conceito abstrato, através da construção de certos cenários, como pode ser um conceito valor, EMPATIA^V, e como tal pode dirigir formas de pensar e agir nesses cenários.

Ou seja, a adesão a um modelo que leva em consideração a indexação de papéis semânticos na análise semântica dos processos de categorização e conceptualização. Adicionalmente, sugere-se uma notação para incluir valores associados a categorias e conceitos na construção de cenários e *frames*.

9. Considerações finais

Este ensaio tem como objetivo propor a incorporação de um modelo de análise que utilize categorias epistêmicas e papéis semânticos no âmbito de uma semântica do entendimento (ou *Frame Semantics*) sem, entretanto, optar por uma ou outra abordagem

¹¹ Há vários tipos de instrumentos para observar, medir e inferir empatia: escalas de quociente de empatia; experimentos com captura de vídeo/áudio; experimentos com protocolos com comentários sobre sentimentos e comportamentos; experimentos com monitoramento de respostas somáticas por equipamentos eletrônicos conectados ao corpo do sujeito.

e sua respectiva metalinguagem. Limitamo-nos a levantar o potencial do uso dessa indexação no processo descritivo, justificado pelo seu potencial explanatório. Aliada a essa indexação, propõe-se a incorporação de uma metalinguagem para a análise de valores culturais associados a modelos culturais. A contribuição almejada não foi a de oferecer respostas a problemas específicos, mas a de levantar questões relativamente problemáticas que atravessam as pesquisas sobre processos de categorização e conceptualização em domínios mais abstratos, como os casos de VIOLÊNCIA e TERRORISMO, pauta do fórum que deu origem a essa discussão. Como se afirmou anteriormente, oferecemos aqui uma proposta programática e embrionária que enseja discussões mais aprofundadas e um tratamento amplo e verticalizado de casos que partam de *corpora* constituídos de discursos variados, em situações de uso específicas. Não há estudo empírico que, desde seus primeiros passos, se isente do processo interpretativo do analista especializado. Portanto, é fundamental o aprimoramento dos mecanismos de análise linguística que suportam a formulação de conclusões sobre “o que as pessoas pensam”, “o que as pessoas dizem sobre o que pensam” ou, ainda, “como as pessoas expressam o que pensam” e, daí, para conclusões sobre “quais são os processos e operações cognitivas que subjazem aos modos de expressão linguística em discursos socioculturalmente situados”.

Referências

- ALLWOOD, J. Semantics as meaning determination with semantic-epistemic operations. In: ALLWOOD, J.; GÄRDENSFORS, P. (Ed.). **Cognitive semantics: meaning and cognition**. Amsterdam: John Benjamins Publ. 1998. p. 1-17.
- BARTMIŃSKI, Jerzi. (ZINKEN, Jörg, Ed.) **Aspects of cognitive ethnolinguistics**. London: Equinox, 2009.
- CROFT, W.; CRUSE, D. A. **Cognitive linguistics**. New York: Cambridge University Press, 2004.
- D'ANDRADE, R. A folk model of mind. In: HOLLAND, D.; QUINN, N. **Cultural models in language and thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. p. 112-148.
- FELTES, H. P. de M. **Semântica cognitiva: ilhas pontes e teias**. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.
- FILLMORE, C. J. The case for case. In: BACH, Emmon; HARMS, R.T. (Ed.) **Universals in linguistic theory**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968. p. 1-88.
- FILLMORE, C. J. Types of lexical information. In: STEINBERG, Danny D.; JACOBOVITZ, Leon A. (Ed.) **Semantics: an interdisciplinary reader in philosophy, linguistics and psychology**, Cambridge: Cambridge University Press, 1971. p. 370-392.

- FILLMORE, C. J. **Frame semantics**. Linguistics in the morning calm. The Linguistic Society of Korea (Ed.). Seoul: Hanshin, 1982. p. 111-37.
- FILLMORE, C. J. Frames and the semantics of understanding. **Quaderni di semantica**, n. 6, p. 222-254, 1985.
- FILLMORE, J.; ATKINS, B. T. Toward a frame-based lexicon: the semantics of RISK and its neighbors. In: LEHER, A.; KITTAY, E. F. (Ed.) **Frames, fields and contrasts: new essays in semantics and lexical organization**. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1992. p. 75-102.
- JACKENDOFF, R. **Semantics and cognition**. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1983.
- JACKENDOFF, R. **Semantic structures**. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1990.
- JACKENDOFF, R. **Languages of the mind: essays on mental representations**. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1992.
- JACKENDOFF, R. **Foundations of language: brain, meaning, grammar, evolution**. New York: Oxford University Press, 2002.
- KÖVECSES, Z. **Metaphor in culture: universality and variation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- LAKOFF, G. **Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind**. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- LAKOFF G.; JOHNSON, M. **Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to Western thought**. New York: Basic Books, 1999.
- LANGACKER, R. W. **Foundations of cognitive grammar: theoretical prerequisites**. Stanford CA: Stanford University Press, 1987. v.1.
- LANGACKER, R. W. **Foundations of cognitive grammar: descriptive applications**. Stanford CA: Stanford University Press, 1991. v. 2.
- LANGACKER, R. W. Cognitive grammar. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (Ed.) **The Oxford handbook of cognitive linguistics**. New York: Oxford University Press, 2007. p. 421-462.
- MIRANDA, N. S.; SALOMÃO, M. M. M. (Org.) **Construções do português do Brasil: da gramática ao discurso**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
- PUSTEJOVSKY, J. **The generative lexicon**. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1995.
- QUINN, N.; HOLLAND, D. Culture and cognition. In: HOLLAND, D.; QUINN, N. **Cultural models in language and thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. p. 3-40.
- ROGERS, C. R. (1959). A theory of therapy, personality and interpersonal relationships, as developed in the client-centered framework. In: KOCH, S. (Ed.) **Psychology: a study of science**. New York: Mc Graw Hill, 1959. p. 184-256. v. 3.
- SELLS, P. Remarks on Arguments and Adjuncts. Invited commentary, Berkeley Formal Grammar workshop, University of California, Berkeley, July 2000. Disponível em: <<http://csli-publications.stanford.edu/LFG/5/bfg00/bfg00sells.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

SINHA, C. Grounding, mapping, and acts of meaning. In: JANSSEN, T.; REDEKER, G. (Ed.) **Cognitive linguistics: foundations, scope, and methodology**. New York: Mouton de Gruyter, 1999. p. 223-255.

UNGERER, F. Word-formation. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (Ed.) **The Oxford handbook of cognitive linguistics**. New York: Oxford University Press, 2007. p. 650-675.

VILBERG, Å. Polysemy and differentiation in the lexicon: verbs of physical contact in Swedish. In: ALLWOOD, J.; GÄRDENSFORS, P. (Ed.). **Cognitive semantics: meaning and cognition**. Amsterdam: John Benjamins Publ. 1998. p. 87-129.

WIERZBICKA, A. **Semantics, culture, and cognition: universal human concepts in culture-specific configurations**. New York: Oxford University Press, 1992.